

RECUPERAÇÃO: Secretário de Política Econômica diz que novas regras do acordo com o Fundo serão discutidas já no início de junho

Governo vai rever para melhor as metas com o FMI

Previsão de queda do PIB deve passar de 4% para 2% e projeções de taxas de inflação e câmbio também serão revistas

Sergio Fadul e Simone Cavalcanti

• BRASÍLIA. O Governo vai rever a projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, prevista no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de um intervalo entre 3,5% e 4% para cerca de 2%, segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo. Ele acrescenta que, na revisão do acordo, que será discutida a partir de junho, tanto o PIB quanto a inflação e a trajetória do câmbio precisarão ser recalculados para níveis melhores.

— PIB, inflação e balança comercial serão revistos à luz das novas evidências. Para calcular a nova meta do PIB, o Governo terá o seu próprio número, que estará mais próximo de 2%. Para a inflação, de novo haverá uma revisão das expectativas. Tínhamos no acordo uma inflação pelo IGP-DI de 16,8%, que será corrigida para baixo, não sei para que nível ainda, mas, certamente será um número bem menor — disse.

Amadeo: não há clima de euforia na equipe econômica

A razão para que haja tanta confiança em uma melhora nos números do acordo com o FMI, segundo Amadeo, é que o nível de incertezas e expectativas tende a ser muito menor, porque a economia está mostrando um quadro de normalidade e mais estabilidade. Ele acrescenta que haverá boas notícias no acordo com o fundo em junho, em comparação com janeiro, mas em relação com o que o Governo pretende para médio e longo prazos no país ainda não. Apesar de traçar um cenário mais otimista e de co-

memorar a safra de melhora nos dados da economia, o secretário de Política Econômica afirma que não há um clima de euforia dentro da equipe econômica.

— Vivemos um clima de alívio. Temos clareza de que estamos no meio de um processo que precisa ser consolidado. Isso vai acontecer quando nós tivermos taxas de juros significativamente mais baixas e quando o ajuste fiscal estiver totalmente consolidado, isto é, quando conseguirmos registrar três, quatro, cinco trimestres de sucesso — afirmou.

Recuperação foi rápida porque estoques estavam muito baixos

Amadeo assinala que boa parte da melhora nos números da economia está acontecendo graças à redução das defesas dos investidores e dos consumidores diante da crise. Outro dado é que a economia brasileira estava em recessão desde o terceiro trimestre de 98. Como a recessão vinha se materializando com juros altos e dívida externa muito indefinida, as empresas começaram a trabalhar com nível de estoque mínimo:

— No primeiro sinal de normalização da economia, esses estoques podem estar em um nível muito baixo e, portanto, imediatamente há impacto sobre a produção. Se a situação de queda das atividades ainda não tivesse acontecido, talvez a recuperação não tivesse sido tão rápida.

Para o secretário, os dados objetivos até agora, como massa salarial e juros, não deveriam expressar uma recuperação tão imediata. O que explica essa recuperação é a mudança na percepção do quadro macroeconômico:

— Não teremos uma inflação



EDWARD AMADEO: a taxa de inflação e o saldo da balança comercial serão outros temas discutidos com os técnicos do FMI

fora de controle, não teremos uma recessão dos níveis asiáticos. A taxa de câmbio tem um comportamento muito positivo, ou seja, houve uma desvalorização mas sem um overshooting por muito tempo.

O câmbio é outro parâmetro que será examinado na negociação. A rigor, afirma Amadeo, a trajetória do câmbio no caso brasileiro foi muito melhor do que em outros países em que houve a desvalorização.

Embora os parâmetros usados no acordo com o FMI sejam revis-

tos para números mais confortáveis para a economia, Amadeo afirma que os compromissos de superávit primário e de relação entre dívida e PIB, que definem o cumprimento ou não da carta de intenções, serão mantidos.

— O resultado global do ano, em princípio, não será modificado.

Porque o superávit primário é resultado de uma condição de desempenho entre dívida e PIB. Este desempenho já está definido para nós — disse Amadeo.

O secretário afirma que o Governo está se preparando para

avançar em outras áreas que dão sustentação à situação fiscal do país no médio e no longo prazo. E cita como exemplos dessa preparação a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Reforma Tributária e o aperfeiçoamento da Reforma Previdenciária como passos fundamentais.

— Passada a desvalorização e ao analisarmos o desempenho da inflação hoje, a sociedade se dá conta de que a estabilização é um ativo da economia brasileira — afirma.

Na avaliação do secretário, a si-

tuação fiscal hoje é muito confortável porque o Brasil está conseguindo superar as metas acordadas com FMI. Amadeo lembrou que o Brasil está cumprindo a meta de superávit primário e considera que não há razão para supor que não continuará a cumprir no segundo semestre:

— Até porque para que esta situação fiscal se consolide e a queda dos juros aconteça nós teremos mais alguns meses, principalmente no que diz respeito à redução dos juros.

"Situação fiscal é um ponto de honra do Governo brasileiro"

Sobre as análises que apontam que boa parte do superávit primário foi obtido por receitas que não continuarão a entrar nos cofres públicos nos próximos meses, Amadeo diz que a fonte não secou. Segundo ele, ainda há alguma receita extra para ser contabilizada em maio e haverá uma transferência do BNDES para o Tesouro por conta de receitas da privatização da Telebrás no segundo trimestre.

— Você sempre encontrará dificuldades pelo caminho, mas isto não significa que não exista um plano de contingência. Ou seja, é possível acomodar essas dificuldades para garantir o objetivo. A situação fiscal hoje é um ponto de honra do Governo brasileiro — garante Amadeo.

A nova projeção para o superávit na balança comercial, que deverá cair de US\$ 11 bilhões para US\$ 7 bilhões, é considerada realista por Amadeo. No caso das exportações, ele considera importante que se espere dois ou três trimestres até que os resultados se mostrem mais fortes. ■